

número muito grande de municípios com regimes próprios de previdência, outra preocupação é sobre como haver uma fiscalização e controle efetivo em cada um deles. “Estrategicamente isso é ruim”, diz.

REPERCUSSÃO NEGATIVA – O que levou o governo a anunciar a retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma foi a repercussão negativa e a dificuldade de aprovar as propostas. Mas para evitar impasse jurídico voltou atrás nessa decisão. Para Afonso, se o governo planejava tirar os servidores da reforma, deveria ter levado primeiramente a negociação para o congresso. Em sua avaliação, o governo acabou fazendo uma concessão antes de ter o parecer do relator e antes de entrar na negociação. “Foi uma concessão sem moeda de troca, porque podia eventualmente ter sido negociado no congresso, por exemplo, a retirada do servidor, mas mantendo idade mínima e regra de transição”, avalia.

Para Afonso, esse anúncio do governo de retirar os servidores pegou todos de surpresa e foi um passo negativo dentro da reforma, além de ser evidentemente uma finalização ruim para a sociedade. “O grande apelo do governo é que se trata de uma reforma para igualar as regras para todos, e de repente ele vem e exclui, e depois recua. Todo discurso da universalização das regras iguais foi por água abaixo,” diz.

De uma forma ou de outra, se aprovada, a reforma da previdência virá para os servidores estaduais e municipais de forma mais ou menos branda. Em tempos de crise fiscal, ao transferir a responsabilidade para estados e municípios, a austeridade pode falar mais alto e as regras se tornarem ainda mais rígidas do que as propostas pelo presidente Michel Temer. Por



Divulgação

Herickson Rangel, Aneprem: fortalecimento do sistema previdenciário de cada ente, uma vez que será considerada a realidade de cada um

outro lado, governadores e prefeitos podem se sentir pressionados, pois é provável que os servidores estaduais e municipais lutem pela aprovação de uma reforma mais benéfica para a categoria do que a oferecida pelo texto federal.

TAREFA DIFÍCIL – Com estados e municípios enfrentando graves problemas de finanças, dificilmente eles conseguirão aprovar suas reformas, o que significa que, na prática, a maioria deve ser obrigada a seguir a reforma federal. “Quanto mais próximo o legislador está do legislado,

mais difícil será essa aprovação. Acho que o governo complicou essa situação desnecessariamente. Fiquei decepcionado com essa modificação”, diz Afonso.

Herickson Rangel, presidente da Aneprem (Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios) também acredita que dificilmente estados e municípios conseguirão fazer suas reformas. Contudo, ele acredita que poderá haver um fortalecimento do sistema previdenciário de cada ente, uma vez que será levado em consideração a realidade de cada um.